

1



2

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM N°02/2025

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

18/03/2025

1 Ao décimo oitavo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, deu-se início à
2 Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, de forma
3 presencial. Estavam presentes as seguintes Conselheiras: Mariela Renata Paseto (Gabinete
4 do Prefeito); Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social); Gisele
5 Manganelli (Secretaria do Sistema de Educação); Daiane Rocha (Secretaria Municipal de
6 Saúde); Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município); Samira Mafioletti
7 Macarini Frizon (Delegacia da Mulher); Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar);
8 Vania Pinheiro Rodrigues (Comissão Mulher da OAB); Natalia Bessa (Grupo de Apoio e
9 Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC); Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de
10 Assistência Social de Criciúma – AFASC); Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de
11 Pessoas com Deficiência da Região Sul De Santa Catarina – JUDECRI); Maiara Leandro
12 (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI); Marja Mariane Feuser (Núcleo de Estudo de
13 Gênero das Universidades – UNESC). A Presidente Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria
14 Municipal de Assistência Social) iniciou a reunião saudando a todas e agradecendo pela
15 presença. Após, informou sobre a realização da eleição para a gestão do Conselho pelos
16 próximos dois anos. Na sequência, iniciou o assunto do item de pauta: a representatividade
17 no Conselho. Assim, lembrando o assunto da reunião anterior, sobre a cadeira da Rede
18 Catarina estar em aberto, o Movimento de Mulheres estar sem representatividade e a União
19 Brasileira de Mulheres ter declinado a cadeira por não estar articulada no Município de
20 Criciúma. Por isso, no último encontro foi discutido a sugestão de novas entidades para a
21 entrada no Conselho, sendo sugerido, a Rede Feminina de Combate ao Câncer e a Entidade
22 Negra Bastiana, com o envio de um ofício para essas últimas entidades e reiterando o da
23 Rede Catarina, com a intenção de que voltem a participar. A Rede Catarina pediu a última
24 ATA para ter certeza de que a Conselheira Maria da Rosa (União Brasileira das Mulheres –
25 UBM) não fosse participar e deixando claro que os conselheiros seriam um homem e uma
26 mulher. A Presidente fala que não será possível a participação da Rede Catarina pelo
27 regimento ser claro e só permitir mulheres, mas que se em um segundo momento ele for
28 modificado, é viável reavaliar. A Rede Feminina e a Entidade aceitaram participar e
29 indicaram suas representantes, mas ainda falta uma governamental. A convidada Edilene
30 Menegal pede a palavra e esclarece que houve um equívoco, pois recebeu um ofício da
31 UBM Estadual, do qual faz parte, informando sobre as substituições de Maria Rosa por
32 outra conselheira, por meio de um e-mail enviado diretamente à Coordenação dos
33 Conselhos. No entanto, a Presidente e a Conselheira Rindalta esclarecem que a antiga
34 Conselheira Maria Rosa declinou da cadeira. Em continuidade, foi lida a ATA da sessão
35 anterior, a fim de esclarecer a discussão de forma clara. No entanto, decidiu-se dar início à



4 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

36 eleição. As Conselheiras sugeriram a Conselheira Rindalta para a Presidência, a conselheira
37 Fabiana Domingos Bertier (do Conselho Tutelar) para a Vice-Presidência e a Conselheira
38 Natalia Bessa (do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC) para a
39 Secretaria na qual foi aprovada por todas. As Conselheiras discutiram a importância de
40 participarem da audiência pública regional na quinta-feira, dia 20, na Sede do auditório da
41 AMREC. Vinte vereadoras da região estarão presentes, e a sessão terá como pauta a Casa
42 da Mulher Brasileira e o abrigo. A presença das Conselheiras e convidadas será
43 fundamental para pressionar as autoridades e garantir que a volta da Casa seja inaugurada
44 com a máxima urgência. Em relação à Casa Guido teve uma reunião com o doutor Samuel,
45 convocou o CRAS e o CREAS para apresentar o trabalho de cada um e o papel do
46 Ministério Público. A secretária informou sobre a intenção de construir a Casa Abrigo, que,
47 caso não seja regionalizada, será Municipal. A Conselheira Mariela traz à tona a
48 preocupação em relação ao atendimento às mulheres vítimas de violência, tanto no hotel
49 quanto no CREAS, deixando o conselho alarmado com o aumento significativo no número
50 de casos este ano. Já foi observado que a responsabilidade acaba recaindo quase que
51 inteiramente sobre a mulher, que precisa deixar o lar, embora existam medidas protetivas e
52 o afastamento do agressor, na prática, isso não tem sido efetivo. O problema não se resume
53 apenas à violência física, quando essas mulheres chegam ao acolhimento, elas trazem
54 consigo múltiplas vulnerabilidades. Não se trata apenas das que vivem em condições mais
55 privilegiadas, já tendo atendido casos assim, mas, em sua maioria, são mulheres com a
56 saúde mental severamente afetada, com muitos filhos, sem fontes de renda ou que mesmo
57 tendo trabalho, enfrentam a oposição do companheiro, que a impede de trabalhar ou cria
58 conflitos no ambiente profissional. O Conselho tem trabalhado na construção de um plano
59 individual de acompanhamento, que engloba áreas como saúde, educação e habitação, para
60 oferecer um suporte mais completo. No entanto, vários casos são particularmente
61 preocupantes, com mais de 10 crianças também sendo atendidas, o que agrava ainda mais a
62 situação. O Conselho reconhece a necessidade de iniciar ações concretas sobre essa
63 questão, pois, enquanto não houver uma mudança na legislação referente à pena do
64 agressor, os casos continuarão a ocorrer em grande número. Na prática, a justiça se mostra
65 falha, e é essencial que haja uma mudança em nível nacional para garantir a proteção
66 efetiva das mulheres. Além disso, é importante destacar que nunca haverá abrigo suficiente
67 para atender todas as mulheres, idosos e deficientes, pois a demanda é extremamente
68 grande. As Conselheiras concordam que, atualmente estão apenas lidando com as
69 consequências, quando, na realidade, é necessário atuar na causa. A Conselheira Samira
70 destaca o aumento das denúncias, pois as mulheres estão cada vez mais conscientes de seus
71 direitos. Ela ressalta que, quando essas mulheres são informadas sobre a existência de
72 abrigos, muitas se emocionam, lamentando não ter tido esse conhecimento anteriormente.
73 As Conselheiras mencionaram que, como passo essencial, a informação e a educação das
74 crianças sobre relacionamentos saudáveis e a resolução de conflitos sem violência são
75 fundamentais, destacando a importância de uma lei que tornou obrigatória a Semana de
76 Combate à Violência nas escolas estaduais, com o objetivo de conscientizar os jovens sobre



6 **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM**

77 o tema. Várias entidades se colocaram a disposição para realizar atividades sobre o assunto,
78 essas atividades tem obtido alta aceitação e tem se mostrado eficaz na conscientização. Fica
79 decidido, que a discussão será encaminhada para a audiência de quinta-feira e,
80 posteriormente, para a Câmara dos Vereadores, caso seja necessário. Tendo finalizado todos
81 os itens, a Presidente Edla, como seu último dia de mandato, agradeceu a participação e
82 parceria das Conselheiras, recebendo uma salva de palmas. Assim, elegeu-se para
83 Presidente a Conselheira Rindalta Das Graças de Oliveira, como Vice-Presidente a
84 Conselheira Fabiana Domingos Bertier e para Secretária a Conselheira Natalia Bessa. Sem
85 mais nada a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião, e eu, Giovana Mendes Beloli,
86 lavrei-a presente ata, que após lida e aprovada, será por todos os presentes assinadas.

87 Mariela Renata Paseto (Gabinete do Prefeito);

88 Edla Maria Mazzuco Coan (Secretaria de Assistência Social);

89 Gisele Manganelli (Secretaria do Sistema de Educação);

90 Daiane Rocha (Secretaria Municipal de Saúde);

91 Cíntia Goudinho Barbosa (Procuradoria-Geral do Município);

92 Samira Mafioletti Macarini Frizon (Delegacia da Mulher);

93 Fabiana Domingos Bertier (Conselho Tutelar);

94 Vania Pinheiro Rodrigues (Comissão Mulher da OAB);

95 Natalia Bessa (Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS de Criciúma – GAPAC);

96 Nádia de Souza Paz (Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC);

97 Rindalta Das Graças de Oliveira (Associação de Pessoas com Deficiência da Região Sul De
98 Santa Catarina – JUDECRI);

99 Maiara Leandro (Escola Superior de Criciúma – ESUCRI);

100 Marja Mariane Feuser (Núcleo de Estudo de Gênero das Universidades – UNESC)